

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UM DESAFIO NA FORMAÇÃO DE DOCENTES

Leila Maria Almeida Rocha<sup>1</sup>

Martha Luciene Rocha Gomes<sup>2</sup>

## RESUMO

A educação de pessoas com deficiência, ou educação especial, teve um grande e desafiador percurso histórico de movimento e lutas que se fortaleceu ao longo dos anos, passando por mudanças e ajuste, que envolve ações, nomenclaturas, concepções até chegar ao que hoje chamamos de Educação Inclusiva. Esta evolução histórica foi acontecendo com o passar dos anos e amparada fortemente pela legislação brasileira, através de artigos, decretos e discorrem sobre as ações de inclusão. Com base nesse percurso histórico percebe-se que a inclusão educacional é um processo gradativo e de transformação, cujos caminhos são desafiadores. Nesse contexto, as escolas inclusivas buscam satisfazer as necessidades diversas dos alunos e trabalham para que todos aprendam juntos, independentemente das diferenças, dificuldades ou necessidades diversas. Para isto torna-se importante uma adequação do currículo ao ritmo da aprendizagem, assim como, recursos e estratégias pedagógicas para atender às necessidades dos alunos. A pesquisa foi executada com base em um levantamento sobre os materiais existentes que abordavam o tema, disponibilizados em livros e em referência da dissertação da referida autora no Mestrado em Ciências da Educação. As considerações finais do trabalho possibilitam, em um outro momento, a continuarmos o assunto através de outros dados também relevantes e pertinentes à formação dos docentes e a inclusão de alunos com deficiência.

**Palavras-chave:** Formação de Docentes. Inclusão. Estratégias Pedagógicas.

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Mestra em Educação. Facultad de Ciências Sociales Interamericana- FICS. Especialista em Neuropsicologia – FESVIP, Psicologia Clínica – FSA, Gestão de Pessoas - ICF. *E-mail:* [leilapsi\\_11@hotmail.com](mailto:leilapsi_11@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay (UEP), Paraguai; Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay (UEP), Paraguai; Graduada em Sociologia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Brasil; e Desde 2018 é Professora visitante da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS), Paraguai.

## **ABSTRACT**

The education of people with disabilities, or special education, had a great and challenging historical trajectory of movement and struggles that grew stronger over the years, going through changes and adjustments, which involves actions, nomenclatures, conceptions until reaching what we now call Inclusive education. This historical evolution took place over the years and was strongly supported by Brazilian legislation, through articles, decrees and discourse on inclusion actions. Based on this historical path, it is clear that educational inclusion is a gradual and transformative process, whose paths are challenging. In this context, inclusive schools seek to meet the diverse needs of students and work so that everyone learns together, regardless of differences, difficulties or diverse needs. For this, it is important to adapt the curriculum to the pace of learning, as well as resources and pedagogical strategies to meet the needs of students. The research was carried out based on a survey of existing materials that addressed the topic, available in books and in reference to the dissertation of the aforementioned author in the Master's Degree in Educational Sciences. The final considerations of the work make it possible, at another time, to continue the subject through other data that are also relevant and pertinent to the training of teachers and the inclusion of students with disabilities.

**Keywords:** Teacher Training. Inclusion. Pedagogical Strategies.

## **LA EDUCACIÓN INCLUSIVA EN BRASIL: UN DESAFÍO EN LA EDUCACIÓN DE MAESTROS**

### **RESUMEN**

La educación de personas con discapacidad, o educación especial, ha tenido una gran y desafiante trayectoria histórica de movimiento y luchas que se ha ido fortaleciendo a lo largo de los años, pasando por cambios y ajustes, que involucra acciones, nomenclaturas, conceptos hasta llegar a lo que ahora llamamos Educación inclusiva. Esta evolución histórica se dio a lo largo de los años y fue fuertemente apoyada por la legislación brasileña, a través de artículos, decretos y discursos sobre acciones de inclusión. A partir de este camino histórico, queda claro que la inclusión educativa es un proceso gradual y transformador, cuyos caminos son desafiantes. En este contexto, las escuelas inclusivas buscan satisfacer las diversas necesidades de los estudiantes y trabajan para que todos aprendan juntos, independientemente de las diferencias, dificultades o necesidades diversas. Para ello, es importante adecuar el currículo al ritmo de aprendizaje, así como los recursos y estrategias pedagógicas para satisfacer las necesidades de los estudiantes. La investigación se realizó a partir de un relevamiento de materiales existentes que abordan el tema, disponibles en libros y en referencia a la disertación del mencionado autor en la Maestría en Ciencias de la Educación. Las consideraciones finales del trabajo permiten, en otro momento, continuar la asignatura a través de otros datos que también son relevantes y pertinentes para la formación del profesorado y la inclusión de estudiantes con discapacidad.

Palabras clave: Formación del profesorado. Inclusión. Estrategias pedagógicas.

## INTRODUÇÃO

A educação, no contexto mundial, caminha em direção a um modelo de escola que se fundamenta no paradigma da Inclusão, assim cada vez mais a escola e seus professores são chamados a enfrentar o grande desafio de atender, com qualidade, a toda a diversidade de alunos. Não basta apenas permitir que os alunos tenham acesso e permaneçam na escola: torna-se fundamental que todos os alunos aprendam. Assim, são necessárias profundas mudanças na organização e funcionamento da escola, na prática pedagógica utilizada e, principalmente, na formação dos professores (POKER et al., 2016).

No século XX a educação de pessoas com deficiências passou a fazer parte do sistema brasileiro de educação, sendo instituída oficialmente como Educação dos Excepcionais. A educação oferecida na época aos deficientes, direcionava-se para o assistencialismo, embora tenha sido as primeiras ideias sobre educação de pessoas deficientes, excluía completamente as crianças especiais do contexto social e escolar.

Na atualidade, as escolas precisam estar preparadas para o desafio de não só receber os alunos com deficiência ou qualquer outra limitação, mas principalmente oferecer as melhores condições possíveis de aprendizagem, garantindo as mesmas oportunidades para acessar os conteúdos planejados, e isto exigirá das escolas um melhor preparo e organização para atender este público.

Poker et al. (2016) apontam um questionamento, bastante pertinente: será que os professores e gestores estão preparados para enfrentar essa missão? Sabem reconhecer as necessidades educacionais especiais dos alunos e, mais do que isso, identificar as melhores formas e estratégias pedagógicas, bem como o uso de recursos diferenciados capazes de compensar ou mesmo superar as barreiras de aprendizagem existentes? Sabem organizar e desenvolver o currículo para a diversidade? “[...] inquietações pertinentes e necessárias”.

De acordo com Araújo et al. (2010), a constituição do paradigma da inclusão ocorreu a partir de compromissos históricos assumidos de forma coletiva pelos movimentos de luta internacional por direitos sociais como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) e o Relatório para a UNESCO

da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996). Inclusão, nesse sentido, significa compartilhar o processo de humanização, numa experiência de construção coletiva que coloca todos na condição de sujeitos. Nesse processo, descoisificam-se as pessoas, possibilitando que se tornem sujeitos de suas próprias vidas.

## **2 A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A formação de professores para a Educação Inclusiva precisa estar subsidiada em análises do conhecimento científico acumulado a respeito das competências e habilidades necessárias para atuar nessa nova perspectiva. O professor precisa ser capaz de selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias diferenciadas, de modo a favorecer a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de sua diferente condição social, intelectual, sensorial, comportamental, física ou qualquer outra.

Acredita-se que formar professores é trabalhar numa situação muito particular, na qual o conhecimento que se domina tem de ser constantemente redimensionado, reelaborado, devido às mudanças que ocorrem na sociedade, conseqüentemente, em grande parte, dos avanços da ciência e da tecnologia “[...] exigindo esforços e transformando realidades” (SOUSA e SILVA, 2017, p. 25).

Tavares (2008) traz uma afirmativa significativamente pertinente em relação a conjuntura atual do papel do professor onde o mesmo é citado como elemento fundamental e desencadeador desse processo de mudanças e reformas educacionais “[...] isto significa que o docente necessita ser preparado para esta importante missão”.

Na visão do autor, o professor é visto como elemento fundamental de um processo de mudanças na perspectiva educacional, contudo necessita ser visto em suas necessidades, uma vez que os insucessos ou incapacidades escolares podem ser atribuídos como responsabilidade do docente na visão cultural fixada socialmente e de forma contraditória. Ao mesmo tempo em que o professor é visto como peça fundamental no processo de ensino e aprendizagem do aluno, acaba sendo reputado também como co-responsável pelos sucessos e fracassos escolares. Nesta perspectiva também vale ressaltar a importância dos aspectos psicológicos como forma de avaliar objetivos, satisfação, limites e capacidades pedagógicas.

Então, neste sentido, incluir significa compreender as necessidades do aluno e trabalhar para tornar o processo de ensino mais humanizado.

A Declaração de Salamanca (1994) que referiu a educação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais aproximou-se das propostas da educação inclusiva, ao defender que as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, e estas devem se adequar por meio de uma pedagogia com foco na criança e suas necessidades.

A tendência da política social das passadas duas décadas tem consistido em promover a integração, a participação e o combate à exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, estas concepções refletem-se no desenvolvimento de estratégias que procuram alcançar uma genuína igualdade de oportunidades. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 11).

“Inclusão, nesse sentido significa compartilhar o processo de humanização, numa experiência de construção coletiva que coloca todos na condição de sujeitos” “[...] sujeitos iguais mesmo na diversidade”. Nesse processo, descoisificam-se as pessoas, possibilitando que se tornem sujeitos de suas próprias vidas. (ARAÚJO et al., 2010, p. 406).

### **3 PERSPECTIVA INCLUSIVA: CONTEXTUALIZADA A LUZ DAS TEORIAS DE VYGOTSKY, WALLON E JEAN PIAGET**

#### **Abordagem sócio-histórica de Vygotsky**

O impacto desta realidade inclusiva provoca discussões pertinentes que mobilizam os envolvidos no processo educacional, no sentido de orientar profissionais da educação para melhor atender os alunos com deficiência, tanto do ponto de vista teórico quanto prático didático de uma forma em que todas as crianças tenham oportunidade e possam aprender juntas, independentemente de qualquer dificuldade ou deficiência.

Na perspectiva inclusiva, as escolas buscam compreender e valorizar as diversidades, criando espaços cada vez mais adequados, em termos de estrutura e de metodologias adequadas, assim como em termos de qualificação profissional. Esta qualificação docente permite um olhar mais contemporâneo para a educação inclusiva e contribui para romper barreiras do ensino tradicional. Este entendimento favorece ao docente um olhar mais inclusivo para o currículo que vem atender as necessidades do aluno e potencializar habilidades de forma mais adaptada.

A teoria de Vygotsky é muito importante para a educação por assumir um papel fundamental às relações sociais para o desenvolvimento cognitivo do indivíduo. A teoria defende que todas as características individuais são construídas a partir da relação do indivíduo com o meio, ou seja, na interação entre pessoas que primeiramente se constrói o conhecimento.

O ambiente sociocultural é o grande promotor do desenvolvimento cognitivo, desde os primeiros momentos de vida do sujeito, tornando os processos biológicos naturais do indivíduo insatisfatório para promover a aprendizagem se este indivíduo não estiver introduzido em um ambiente social e cultural. Esse contexto influencia o modo como as pessoas se comportam.

Victor; Drago; Chicon e Org. (2013) apud Victor faz referência a tese de Vygotsky (1989) sobre o desenvolvimento da criança com deficiência, onde a mesma não apresenta um desenvolvimento incompleto e insuficiente em relação às demais da mesma idade, mas sim uma diferenciação em seus aspectos qualitativos, seguindo um caminho específico. Vygotsky defendia que o papel do educador era justamente descobrir este caminho pelo qual o aluno aprendia e assim o professor poderia conduzi-los.

A partir desta concepção Vygotskyana amplia-se as possibilidades para o entendimento de como ocorre a aprendizagem da criança pelas vias sociais, afetivas e inclusivas mediante a interação de outro sujeito, no caso o professor, sendo que este assume o papel de mediador que vai conduzir a criança a reinventar um novo caminho para que ocorra a aprendizagem.

...Tendo como foco a escola e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais fundamentados nos pressupostos da abordagem histórico-cultural, vemos que no conjunto das ações se faz necessário refletirmos sobre as concepções dos profissionais da educação a respeito dos alunos com necessidades educacionais especiais e as ações direcionadas a esse alunado pelas políticas públicas e práticas pedagógicas que são fundamentadas por elas, a fim de viabilizar a proposta da educação destes na perspectiva da inclusão. Entendemos também que tais concepções, que receberam influências tanto do senso comum quanto da ciência, dizem respeito, sobretudo, a todo um processo histórico e cultural que subsidiaram a formação de professores, as políticas públicas e as práticas pedagógicas, expressas no currículo, na avaliação, na metodologia, nas didáticas, nas relações institucionais e na gestão presentes nos processos de escolarização desses alunos. (VICTOR; DRAGO; CHICON E ORG., 2013 p. 339).

É importante que o professor busque novas estratégias para se fortalecer e construir suas práticas didáticas e metodológicas nos parâmetros da educação inclusiva, respaldando seu trabalho e garantindo a aprendizagem.

## **Teoria Wallon: estágios do desenvolvimento e suas contribuições para a aprendizagem**

Freitas et al (2016) aponta as contribuições de Wallon de acordo com os estágios de desenvolvimento da criança: 1) estágio impulsivo-emocional (0 a 1 ano); 2) estágio sensório-motor e projetivo (1 a 3 anos); 3) personalismo (3 a 6 anos); 4) estágio categorial (6 a 11 anos); .5) puberdade e adolescência (11 anos em diante).

Estágio impulsivo-emocional (0 a 1 ano): a afetividade da criança é manifestada por meio de movimentos desordenados e sensibilidades corporais, tanto proprioceptivas quanto interoceptivas. A regulação desses processos acontece no córtex cerebral que é responde por todo um funcionamento, processamento das sensações corporais internas, emoções. Interocepção está na dinâmica entre o corpo e a mente, por também possibilitar a criação de experiências emocionais a partir de transformações fisiológicas oriundas dos sistemas corporais. A propriocepção é considerada a sensação de si próprio.

Estágio sensório-motor e projetivo (1 a 3 anos): a criança se manifesta para o contato com o mundo externo, pois já é capaz de falar e de andar. Existe um contato intenso com objetos e um questionamento constante (fase dos “porquês”). Nesse estágio, o professor deve ofertar situações e espaços e ter disposição para responder aos insistentes questionamentos em busca de conhecimento.

Personalismo (3 a 6 anos): a criança passa a distinguir-se do outro, descobrindo-se diferente. O processo de ensino-aprendizagem durante esta etapa precisa oferecer possibilidades de escolha à criança, reconhecendo e respeitando as diferenças, dando oportunidades para que ela se manifeste. Nesta fase, a criança apende principalmente em oposição ao outro.

Estágio categorial (6 a 11 anos): a criança explora o mundo externo por meio de atividades cognitivas e abstratas (agrupamento, classificação e categorização). Esse estágio coincide com a entrada na escola e a aprendizagem ocorre predominantemente por meio da racionalidade e pela descoberta de semelhanças e diferenças entre objetos e ideias.

Puberdade e adolescência (11 anos em diante): surge a exploração de si mesmo e de uma identidade autônoma, mediante atividades de confronto, autoafirmação e questionamentos. Grande importância é dada aos pares. Há maior domínio de abstração,

nas quais a dimensão temporal se torna importante e possibilita a discriminação dos limites de sua autonomia e de sua dependência. (FREITAS, et al 2016, p. 97, 98).

De acordo com os estágios do desenvolvimento citados na teoria de Wallon, percebe-se que apesar do ambiente escolar ser um espaço extremamente favorável a percepção e estimulação da expressão através das emoções, ainda assim considera-se os modelos de ensino tradicional.

O processo de ensino-aprendizagem durante estas etapas precisa oferecer possibilidades de escolha à criança, reconhecendo e respeitando as diferenças, dando oportunidades para que ela se manifeste, dessa forma visualiza-se uma aprendizagem inclusiva.

### **Teoria Piagetiana e suas contribuições para a aprendizagem**

A teoria de Piaget é uma das mais propagadas no âmbito educativo, também conhecida como epistemologia genética, pois foca no desenvolvimento natural da criança. Nesta teoria visualiza-se um cenário integral do desenvolvimento e uma metodologia eficaz, a partir de uma perspectiva que abrange o sujeito e o seu ao contexto social, destacando as experiências. Assim, configura-se que a aprendizagem da criança ocorre com a experiência e que a influência dos objetos facilitará no processo de abstração e aquisição de novas aprendizagens.

Segundo Piaget, o conhecimento infantil acontece por meio de descobertas da própria criança, é construído pelo próprio aluno e não pelo professor (FREITAS, 2016).

Murani (2010) dialoga sobre as teorias do construtivismo genético de Piaget e os estágios do desenvolvimento intelectual, as concepções científicas e destaca duas tendências principais, onde a primeira compreende a cultura como conhecimento construído progressivamente organizado e a segunda como uma capacidade de auto-regulação, que explica-se na teoria dos estágios com interpretações em níveis diferentes: um mais concretamente psicológico e o outro mais propriamente epistemológico.

São interpretações que, na prática pedagógica, terminaram por opor-se radicalmente. Murani (2010) destaca:

“A primeira, aquela que se situa primeiro no nível da psicologia da criança, dá ao conceito de estágio o sentido de etapa precisa e necessária para a construção do edifício da cultura. Etapa determinada pela própria natureza, quase biológica, do processo de crescimento, e que, segundo se entende, representa uma aquisição estável e sólida, sem a qual toda construção posterior seria

impossível. Exemplo típico desta posição é a utilização de “provas” piagetianas para legitimar, de forma mais “científica”, as práticas de orientação e de seleção escolar, que visam a hierarquizar o sistema e as práticas educacionais em níveis considerados como “homogêneos”, e cada vez mais difíceis de alcançar”. (MURANI, 2010 p. 24).

Na teoria piagetiana, o desenvolvimento intelectual ocorre da mesma maneira que o desenvolvimento biológico, ou seja, os processos cognitivos não acontecem separados da adaptação do sujeito ao meio, uma vez que se adaptar é uma tendência específica a qualquer espécie. A maturação indica a sequência para o desenvolvimento físico do sujeito e repercute nas mudanças comportamentais, além de ser um ponto de partida para o desenvolvimento das habilidades cognitivas das crianças, levando-a a uma constante adaptação ao seu ambiente.

A teoria piagetiana propõe quatro estágios do desenvolvimento. O primeiro é o sensorio motor (zero a dois anos), período no qual a criança faz uso de suas habilidades sensorio-perceptivas e dos movimentos do corpo. Ao nascer, o sujeito possui padrões reflexos de comportamentos, como, por exemplo, a sucção, e, com as experiências, esses são aprimorados à medida que a criança vivencia outras práticas.

O segundo estágio é o pré-operatório (dois a sete anos), em que a criança vai além das habilidades aprendidas no período anterior e começa a representar o mundo com suas próprias palavras, desenvolvendo a linguagem, a capacidade simbólica.

Já no estágio operacional (sete a 12 anos), as ações se tornam mais compartilhadas e cooperativas, e, conseqüentemente, a criança fica mais socializada. O sujeito começa a desenvolver um pensamento lógico a respeito dos acontecimentos concretos e a classificar os objetos em diferentes categorias.

O último estágio é o operacional (12 anos em diante), sendo o começo da adolescência, em que se destacam a maturação sexual e a potencialidade dos instintos. A construção de pensamentos e de teorias que expliquem a realidade e a personalidade do adolescente nessa fase se encontra em processo de formação.

O conhecimento sobre os estágios do desenvolvimento segundo a teoria piagetiana contribui para compreender melhor como ocorre o desenvolvimento da criança, sua percepção do mundo e como ela aprende.

Nas propostas construtivistas, o professor assume o papel de encadear processos cognitivos, sendo orientador e incentivador na aprendizagem do discente para que o mesmo consiga com autonomia desenvolver suas potencialidades, oferecendo estímulos adequados para o desenvolvimento.

As teorias da aprendizagem contribuem significativamente para fundamentar o trabalho pedagógico na elaboração de propostas e rotinas em sala, observando as condições necessárias e definição do papel do aluno e do professor, desta forma vem auxiliar na compreensão das dificuldades dos alunos e ajuda a direcionar para uma atuação mais apropriada e mais inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesse percurso histórico percebe-se que a inclusão educacional é um processo gradativo e de transformação, cujos caminhos são desafiadores. Nesse contexto, as escolas inclusivas buscam satisfazer as necessidades diversas dos alunos e trabalham para que todos aprendam juntos, independentemente das diferenças, dificuldades ou necessidades diversas. É essencial pensar na educação inclusiva de forma mais apropriada, de modo que se aproxime da realidade, observando não somente os direitos educacionais que asseguram, mas os processos de formação docentes para assim efetivar práticas mais oportunas ao alunado com deficiência.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. V., Rusche, R. J., Molina, R., & Carreiro, L. R. R. (2010). Formação de Professores e Inclusão Escolar de pessoas com Deficiência: análise de resumos de artigos na base SciELO. **Revista Psicopedagogia**, 27(84), 405-416.

Declaração de Salamanca. (1994). Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. In **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Salamanca, Espanha: UNESCO. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

POKER, R. B., MARTINS, S. E. S. O., & GIROTO, C. R. M. **Educação inclusiva: em foco a formação de professores**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária. 2016.

TAVARES, Cristina Zukowsky (2008). **Formação em Avaliação: A formação de docentes no enfrentamento de um processo de avaliação a serviço da aprendizagem**. Tesi de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SP.

SOUZA, Ana A. dos Santos; RODRIGUES, Maria Goretti A. Educação Inclusiva e Formação Docente Continuada. EDUCERE/PUCPR – 2015. ISSN 2176-1396. XII Congresso Nacional de Educação.

VICTOR, Sonia Lopes; DRAGO, Rogério; CHICON, José F. (ORG.). A Educação Inclusiva de Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos: avanços e desafios. Vitória, ES: EDUFES, 2013.

FREITAS, Márcia de F.R.L. de F.; PINTO, Rosângela de O.; FERRONATO, Raquel F. Psicologia da educação e da aprendizagem. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A (2016).

MURANI, Alberto. Jean Piaget. Tradução e organização: Daniele Saheb. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010 (Coleção Educadores).